

Ampla unidade para derrotar os fascistas e traidores da Pátria

No processo eleitoral que se abre, destaca-se, para as pessoas de consciência democrática, progressista e patriótica, de esquerda ou não, membros de partidos ou não, militantes ou não, de qualquer idade, ocupação, classe social e condição econômica – para o povo brasileiro, enfim, com as demais camadas preocupadas com os riscos antepostos à Nação –, uma tarefa central. Trata-se de se unirem para derrotar os candidatos fascistas, confessadamente traidores da Pátria, e manter Lula e Alckmin na Presidência e na Vice, visando a garantir o regime democrático, defender a soberania do País, melhorar a composição dos parlamentos, seguir no desenvolvimento com progresso social e aprofundar reformas de interesse popular. Tais objetivos demandam foco, vontade, coragem, perseverança e discernimento, para se distinguir, entre as contradições, aquela principal, que define os campos em conflito e a tática.

Essa disputa decisiva ocorre em uma situação extremamente complexa e grave, no País e no mundo. O capitalismo vive hoje, internacionalmente, o período estagnante do ciclo longo inaugurado logo após a Segunda Guerra Mundial. O fim da "Época de Ouro", instalado na primeira metade dos anos 1970, e a falência do "Consenso de Washington", que agora se traduz na ruína da unipolaridade, escancararam os novos limites antepostos à sociabilidade burguesa. Ficou público e patente que a chamada globalização neoliberal entrou em crise e se esgotou. As suas promessas de abundância e liberdade em um Planeta utópico, sem história e sem lutas entre as classes, fracassaram em face da saturação tecnológica desregrada e da concentração econômica extrema, bem como da fusão entre os bens produtivos, comerciais e bancários na sua financeirização paroxísmica, reafirmando a baixa tendencial na taxa de lucros.

Nesse quadro, as frações mais reacionárias do capital monopolista-financeiro vêm ressuscitando o fascismo. Bancando saídas violentas para impor regimes políticos ditatoriais, tentam exterminar qualquer resistência e garantir a superexploração das multidões. Ao desconstituir condições de sobrevivência popular, mediante a desestruturação do mundo laboral, o estrangulamento nos mercados internos e o arrocho aos pobres, pretendem converter o proletariado em massa miserável e sem direitos. Para tanto, semeiam o medo e manipulam ressentimentos psicossociais da pequena burguesia, especialmente suas frações desamparadas ou em fase de proletarização. Concomitantemente, valem-se da engrenagem que apropria o sobretrabalho no ciberespaço, com aplicativos e "inteligência artificial", para elevar o controle sobre o ritmo laboral, rebaixar salários e exaurir os trabalhadores.

O resultado é a multidão global de "sobrantes": em 2026, a lacuna nos empregos atingiu 408 milhões de pessoas e, a informalidade, 2,1 bilhões. Nas

metrópoles, a inflação dos alimentos e o colapso dos serviços públicos corroem o salário real, forçando multidões a empilharem ocupações precárias e sem garantias, na economia de plataformas virtuais e nos contratos PJ. O desalento dobra entre os jovens, que são empurrados ao isolamento e à criminalidade. O capital explora, também, as ondas migratórias das crises por si exportadas, metamorfoseando imigrantes no contemporâneo e degradado exército laboral de reserva. Fiel defensora dos magnatas que os patrocinam e não raro precedem, a extrema direita instrumentaliza tais fluxos ou diásporas por meio de vilanias e preconceitos, inclusive a xenofobia e o racismo, para culpar os “estrangeiros” pelo sucateamento público, dividir os povos e sabotar os sindicatos.

No oeste da Ásia, os EUA procuram camuflar e blindar o genocídio que atinge a Palestina, para transformar Gaza em protetorado. Violam, reiteradamente, os compromissos de cessar-fogo. Corroboram os ataques israelenses à nação iraniana, sob as ordens do Governo Netanyahu. Pretendem, assim, apesar de revezes – como na guerra do Golfo Pérsico – controlar o fluxo de petróleo e deter a crescente resistência euroasiática. Com a degradingolada e o declínio dos consensos imprescindíveis à sua hegemonia, seguidos pelo avanço da multipolaridade promovida e representada pelo BRICS, os EUA provocam guerras regionais, reativam a corrida armamentista e causam o risco de novo conflito global. Na Europa, os governos das grandes potências capitalistas e a OTAN, seu braço armado em aliança instável com Washington, nutrem a guerra contra o Estado russo. No leste da Ásia, o governo japonês eleva as tensões.

Sob o governo de Donald Trump, o imperialismo estadunidense resgata a caquética e antediluviana Doutrina Monroe, como se o Hemisfério Ocidental, especialmente o seu autoproclamado “quintal” americano, fosse a sua área de influência natural e incontestável. Assim, pratica o intervencionismo mais

descarado, articula as forças reacionárias internas e patrocina golpes ou ascensões nas brechas das instituições locais, que são sistematicamente manipuladas e, ao fim e ao cabo, convertidas em regimes autocráticos. Embora contestada pelos povos e nações que mantêm governos soberanos e altivos, essa tutela, ansiada e praticada por Washington, consubstancia-se nos atos de agressão militar à Venezuela, no bloqueio à Cuba e nas sanções à Colômbia, bem como nas ingerências que facilitaram os assaltos extremo-direitistas às estruturas estatais de vários países do Cone Sul, da América Central e do Caribe.

No Brasil, os reacionários manipulam o sofrimento material gerado pelos seus próprios mecenas e o converte em ódio aos desafetos. O fascismo, como instrumento ideológico do capital financeiro em crise, alimenta-se de frustrações individuais, cresce na sociedade civil, disputa governos e tenta controlar instituições do Estado, para liquidar o regime democrático, implantar uma nova ditadura e superexplorar o trabalho, visando a concentrar mais ainda lucros e riquezas. Aproveitando-se da fragmentação que atinge a convivência no chão de fábrica, enfraquece a solidariedade ideológica de classe, favorece a cultura de autoisolamento e valoriza o “mérito individual”. Apoia-se nos movimentos fundamentalistas e pânico moralista, inventando inimigos como “globalismo” e “marxismo cultural”. Transforma redes sociais em arma de guerra com financiamento bilionário, difundindo mentira e desinformação em escala industrial.

A extrema direita, praticando a matriz entreguista sob a figura de “nacionalismo” miliciano e fantasiada como antissistêmica, utiliza o punitivismo e o culto à força bruta para canalizar o medo em face da crise na segurança pública. De modo eleitoreiro e desonesto, escolhe os partidos à esquerda e as entidades populares como alvos a serem aniquilados. Ademais, enquanto mantém intactos os monopólios econômicos, bajula o inquilino da Casa

Branca. Põe-se, assim, sob o comando da política imperialista, fazendo-lhe coro na concentração de capital transnacional, na violência militar externa e no apego ao espaço vital em declínio, principalmente ligado a mercados e matérias-primas. O Brasil – com seus recursos estratégicos, mercado interno e parque industrial – é o foco prioritário do plano para sabotar a integração regional e interferir no processo eleitoral. Os candidatos bolsonaristas representam a sua obediente quinta-coluna.

Para realizar o seu papel nefasto, as forças fascistas encontram certos elementos favoráveis no terreno concreto. O social-liberalismo, em que pesem o seu progressismo e as suas conquistas iniciais, perdeu a potência inicial de cativar maiorias, diminuir a miséria e mobilizar grandes lutas. Suas políticas públicas viraram dogmas nas últimas décadas. Ao naturalizarem os imperativos de austeridade, gastos limitados a tetos e mera gestão da pobreza focalizada, engessaram o imaginário político. Setores à esquerda, integrados à burocracia institucional – no Estado e na sociedade civil –, repetem as receitas caducas. Mimetizados à lógica dos sucessivos arrochos e metas fiscais, esgotaram sua energia de responder às demandas populares. Aliás, trata-se de uma questão internacional, que desaba com maior brutalidade sobre os países dependentes: tais “ajustes” enfraquecem os direitos fundamentais e a infraestrutura pública.

Eis por que as iniciativas destinadas a mitigar os graves problemas da população, quando encaradas como um fim em si mesmas ou como elementos nucleares da estratégia transformadora, são incapazes de cativar o entusiasmo da juventude, organizar os setores avançados das classes trabalhadoras e colocar grandes massas em movimento. São, muito mais ainda, inaptas para criar uma força capaz de enfrentar o capital financeiro, os obstáculos econômicos estratégicos e às contradições fundamentais que sufocam o povo brasileiro. Em face de semelhante impasse, o grande nó a

ser desatado é a unificação do campo democrático em defesa do atual governo, de suas medidas progressistas e das chapas identificadas com a frente ampla, mas promovendo, concomitantemente, a mobilização de massas pelas demandas imediatas do povo, articuladamente ao acúmulo de forças para novos e necessários avanços.

Por tudo isso, e pela ausência de um projeto em comum, o campo popular encontra-se paralisado por divisões internas e defensivismo tático. Portanto, é urgente rejeitar tanto a acomodação nas estruturas estatais e governamentais, que aceita uma estabilidade institucional estéril, quanto as concepções típicas do esquerdismo sectário, cujas bolhas e discursos isolam a militância da realidade concreta. O fascismo encontra espaço e prolifera com desenvoltura entre o povo exatamente quando e onde os pioneiros sociais, as forças revolucionárias, os partidos políticos e os sindicatos representativos perdem a capacidade de organizar os trabalhadores e os “de baixo” nos locais de trabalho, moradia ou estudo, deixando o descontentamento legítimo com a democracia burguesa exposto à demagogia antipolítica dos hiperconservadores e autocratas.

A resposta mais consequente exige unidade e ações comuns. Os governos democráticos e soberanos do Continente devem erguer-se como polos fundamentais em defesa da paz e de solidariedade aos povos agredidos. Por seu turno, impõem-se a superação do reformismo burocrático, a disputa de cada insatisfação nas ruas, a reconstrução das organizações populares de massas e a reafirmação do papel central desempenhado pelo Estado brasileiro na aplicação de um projeto potente, que combine regime político democrático, soberania nacional e aspirações dos “de baixo”. Consolidando-se o cenário em que se estreita o espaço das ditas terceiras vias, acentua-se a polarização entre os campos antagônicos e radicaliza-se o contencioso político, tornando óbvio que a reeleição de Lula é decisiva não só

para o Brasil, mas também para a América Latina e os países dependentes ou ameaçados no mundo inteiro.

No País, o movimento bolsonarista é o núcleo da extrema direita. No combate à candidatura fascista, vassala do trumpismo, o apoio dos comunistas ao atual Governo Federal e à reeleição dos seus titulares traduz uma trilha combativa, nunca passiva. Jamais se deve assistir às contendas com braços cruzados. O objetivo do PRC é emparedar o ultraconservadorismo dentro e fora do processo eleitoral, mas com flexibilidade. Assim, a frente ampla deve tornar-se formalizada, orgânica e permanente. No seu interior, cabe aos partidos populares não apenas preservarem sua autonomia, mas serem o polo mais dinâmico, como representantes do Bloco Histórico encabeçado pelos trabalhadores urbanos e rurais. Para tanto, são imprescindíveis entendimentos que abarquem os dilemas cotidianos e sentidos da população, no apoio a candidaturas viáveis contra os reacionários, sem dogmatismo e sem puritanismo doutrinário.

Entre as bandeiras concretas estão: crescimento econômico com soberania e progresso social; controle da inflação sem a falaciosa “austeridade” ultraliberal; valorização real do salário-mínimo; alargamento e reforço do PAC; planejamento da Nova Indústria Brasil. Mas, em vez de meramente repisar conquistas passadas, são chaves a proposta e o discurso de avançar. Faz-se necessário atualizar o projeto para o futuro do Brasil, visando a: acumular forças; distribuir rendimentos; reduzir os tributos aos pobres, trabalhadores e empresários com salários ou proventos insuficientes; ampliar os direitos trabalhistas; promover a cultura nacional-popular; e radicalizar o regime democrático. Semelhante política somente será factível com abertura de um novo período conjuntural e com um largo arco de alianças que a defenda, promova ou sustente, assim como uma correlação de forças que retire as classes populares da defensiva.

Além dos majoritários, os postulantes proporcionais somam, e muito, na campanha para derrotar o principal candidato reacionário. Também desempenham relevante papel na luta para “mudar a cara” dos parlamentos – Congresso Nacional e assembleias estaduais –, fortalecendo as bancadas democráticas, progressistas e patrióticas nas instituições estatais que interferem nos rumos dos governos, da legislação e da política nacional. Eis porque os militantes, os ativistas, os lutadores populares, os apoiadores e eleitores da chapa Lula-Alckmin, precisam desenvolver iniciativas de ações próprias e multilaterais, desde já. De modo nenhum basta receber, “curtir” e falar pelas “redes sociais”, pois a *internet* e o ciberespaço, embora importantes, nunca substituem a vida ou as relações presenciais e pessoais, com contatos coletivos, individuais e diretos. O PRC apela, pois, às pessoas interessadas e engajadas no combate em curso.

Integrem-se à campanha eleitoral, imediatamente, conforme as fases definidas em lei. Vencer exige firmeza, organização e presença popular. Trata-se de promover atividades coordenadas em cada bairro, fábrica e local de estudo, reunindo companheiros, colegas, conhecidos, amigos, familiares e vizinhos, convocando e fortalecendo encontros e atos, pequenos e grandes, nos vários e diversos espaços. O foco da carga é a extrema direita bolsonarista – o inimigo principal –, para desmascarar os agentes do imperialismo, isolá-los e preparar o triunfo. Nos estados-membros, é hora de apoiar candidaturas que reúnam maior número de forças, além de manter relações cordiais e contatos regulares com outros postulantes fora do campo extremo-direitista, bem como firmar pactos de não agressão, com vistas ao apoio incondicional ao político democrata que chegue ao segundo turno. O caminho da vitória é árduo, mas já está claro.

Brasil, 19-21 de junho de 2026

Comitê Central do PRC – Partido da Refundação Comunista